

“Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável

“Coping With Drought”: A Contribution of the Semi-Arid Articulation/ASA for Sustainable Development

Ghislaine Duque*

RESUMO

A região semi-árida do Brasil coloca imensos desafios para o desenvolvimento sustentável: as características edafo-climáticas, sem dúvida, mas, muito mais, a preponderância de uma política baseada, de um lado, nos princípios da revolução verde e no incentivo ao agronegócio, e, do outro, no assistencialismo para os pobres do campo. Contra o paradigma da “luta contra a seca”, concretizada pela construção de grandes reservatórios de água, sua distribuição por carro pipa – gerador de dependência – e seu uso para irrigação – causando danos ao meio ambiente, os agricultores familiares e suas entidades, organizados na Articulação do Semi-Árido/ASA, reclamam-se do princípio da “convivência com a seca”. Resgatam e divulgam experiências nascidas do saber popular, aprimoradas no diálogo com o saber científico, e transformam as mesmas em referências para propor ao poder público um modelo diferente de políticas públicas. Assim nasceu o *Programa de Formação e Mobilização para Convivência no Semi-Árido: um Milhão de Cisternas Rurais (PIMC)*, seguido do *Programa Uma Terra e Duas Águas (PI+2)*. As estratégias camponesas de diversificação das atividades, a constituição de reservas de água, forragem e sementes e os princípios da agroecologia estão na base do modelo de desenvolvimento proposto pela ASA. O processo metodológico desenvolvido suscita o protagonismo camponês e sua organização, garantias para a sustentabilidade do processo.

Palavras-chave: Articulação do Semi-Árido; protagonismo camponês; convivência com o semi-árido.

ABSTRACT

The Brazilian semi-arid region poses huge challenges to sustainable development: the edapho-climatic characteristics, undoubtedly, but also, and much more so, the prevalence of a policy based on green revolution principles and incentives to agribusiness, on one hand, and on assistentialism for the poor in the countryside, on the other. Against the “fighting draught” paradigm – carried on by the construction of large water reservoirs and water distribution through tank trucks, leading to dependence, and its use for irrigation, harming the environment – family farmers and their institutions, organized by the Semi-Arid Articulation/ASA, complain about the “living with draught” principle. They restore and promote experiences born from popular knowledge and improved through contact with scientific knowledge, and

* Professora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFCG. Bolsista de produtividade em Pesquisa do CNPq. Assessora da ASA e membro do Conselho Diretor do PATAC. Contato: ghduque@uol.com.br.

change them into references to propose a different public policy model to the public authorities. This is how the *PIMC – Programa de Formação e Mobilização para Convivência no Semi-Árido: um Milhão de Cisternas Rurais* (Education and Mobilization Program for Semi-Arid Living: One Million Rural Cisterns) was born, followed by *P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas* (One Earth/Land and Two Waters Program). The strategy used by the farmers to diversify activities and create water reserves, forage, and seeds, and agro-ecological principles, are at the basis of the development model proposed by ASA. The methodology developed fosters farmer protagonism and its organization, safeguarding the sustainability of the process.

Key words: Semi-Arid Articulation; farmer protagonism; coping with the semi-arid.

Os desafios do semi-árido

O pensamento dominante no Brasil é de que o grande problema da região semi-árida, situada quase totalmente no Nordeste¹, é o fenômeno das secas. De fato, a irregularidade climática é uma circunstância a ser enfrentada, da mesma forma que a neve e o gelo nos países do hemisfério norte. Mas não é, na verdade, o grande e real problema. Fazendo uma comparação com a maior parte dos países do norte, verifica-se que lá também a época de produção agrícola se reduz a cerca de seis meses por ano. No entanto, no passado, quando ainda não existia possibilidade de importar alimentos em qualquer estação do ano, a população daquelas regiões desenvolveu práticas de conservação e armazenamento de legumes e de frutas para os longos meses de inverno. Também era costume plantar verduras em estufas ou mesmo dentro de casa, em canteiros nas janelas da cozinha.

Da mesma forma que esses países aprenderam a conviver com as condições climáticas de sua região, a população do semi-árido também é capaz de “conviver com as secas”. O grande problema do semi-árido é, portanto, mais de ordem sociopolítica do que climática. Trata-se muito claramente de uma opção em favor de um modelo de desenvolvimento que privilegia os interesses do agronegócio, em especial o constituído por empresas de grande porte, em prejuízo da sustentabilidade ambiental e da inclusão social. Esses interesses se mantêm predominantes até hoje.

Quando a agricultura começou a se estender na região semi-árida do Nordeste do Brasil, a maior parte da área era ocupada por imensas fazendas de criação de gado, utilizando-se do pasto nativo (caatinga), com

pequenos subsistemas de roçados para alimentação dos trabalhadores.

Esse sistema era extremamente vulnerável às condições ambientais. O ecossistema predominante – a caatinga – é rico em biodiversidade, porém frágil. Na maior parte da região, os solos são rochosos, o que não permite a presença de árvores de alto porte, a não ser nos baixios, enriquecidos pelas aluviões. Os solos rasos são cobertos por uma vegetação arbustiva, onde predominam as cactáceas, altamente resistentes à seca, porém pouco ricas em biomassa, o que não favorece a cobertura dos solos. A região sempre ficou conhecida pelas secas. No entanto, o que caracteriza o clima não é essencialmente a escassez de precipitações, mas sua extrema irregularidade: chuvas torrenciais arrastam as terras, provocando erosão, quando os dias e semanas seguintes podem se prolongar sem que o ciclo produtivo dos roçados se complete. Isso explica também que o sistema de produção predominante tradicional tenha sido a criação, e não a agricultura.

Nos períodos de seca, a principal estratégia das fazendas para salvar os rebanhos era transferir os animais para áreas de serras ou brejos, onde se podia encontrar biomassa vegetal durante todo o ano; se isso não fosse possível, tornava-se necessário podar as copas das árvores maiores e arbustos (juazeiro, aroeira, baraúna, e outras), disponibilizando suas folhas como forragem para os animais; e quando a seca chegava a impedir essa estratégia, o último recurso era queimar os espinhos de cactáceas e/ou bromeliáceas (xique-xique, mandacaru, palmatória, macambira e outros) e alimentar os animais com essas plantas.

Em casos de secas prolongadas, os fazendeiros vendiam alguns animais para comprar ração, e seu patrimônio

¹ O semi-árido se estende pelos nove Estados do Nordeste, do Maranhão à Bahia e Sergipe, e integra ainda o norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

ia sendo progressivamente dizimado. Eles enfrentavam essa situação investindo na criação de grandes rebanhos, porém não faziam investimentos na estrutura da fazenda.

Nesse contexto, a agricultura familiar começou a se desenvolver à sombra dos latifúndios, no seu interior ou nos espaços abandonados por eles. Vaqueiros, ex-escravos, índios e ex-condenados foram aos poucos ocupando as terras, na condição de posseiros, arrendatários ou moradores, ou mesmo se apropriando das mesmas, se aproveitando do absenteísmo dos fazendeiros. Eles constituíram unidades de produção familiar, com base na policultura e na criação.

Assim, uma economia camponesa começou a surgir e a se desenvolver no sertão semi-árido. A agricultura familiar, caracterizada pela associação de vários subsistemas – roçados, pequenas criações de várias espécies de animais, quintais, colheitas, etc., era capaz de produzir gêneros alimentícios e gerar renda para a compra dos bens não produzidos no sistema.

Mas esses estabelecimentos familiares foram sofrendo ao longo do tempo um processo de fragmentação, devido, principalmente, ao crescimento demográfico e à divisão por herança. Esse processo, que continua até hoje, provoca uma pressão intensiva sobre o uso dos recursos naturais, o que, por sua vez, gera degradação e coloca a propriedade numa trajetória de desertificação e insustentabilidade. Leva, por exemplo, à sobrecarga das pastagens e ao abandono dos procedimentos antes costumeiros, como a prática da rotação de culturas para a terra “descansar”. Isso demonstra, sem dúvida, a importância e urgência da reforma agrária.

“Modernização” dos sistemas de produção no sertão

Enquanto muitos sistemas familiares de produção avançavam para uma trajetória de minifundização e empobrecimento, muitas das grandes fazendas recebiam recursos oriundos de políticas públicas que tinham como objetivo modernizar a pecuária no nordeste semi-árido. Para atender à crescente demanda dos grandes centros urbanos por alimentos, estava se divulgando um modelo de “modernização” baseado num conjunto “agroquímico-motomecanizado” que tornava os sistemas dependentes de tecnologias e insumos gerados pelo setor industrial. Este produzia as máquinas, os implementos, adubos e agrotóxicos, provocando a dependência financeira dos

estabelecimentos. Era o modelo de “desenvolvimento” proposto pela “revolução verde”.

Esse modelo, ensinado até hoje nas faculdades de agronomia e nas escolas agrotécnicas, baseado na monocultura, favorece a difusão de pragas e, portanto, exige sempre mais agrotóxicos, que poluem os solos, as águas e prejudicam a saúde dos próprios trabalhadores e consumidores. Além disso, favorece a adoção de raças animais e espécies vegetais inadequadas para as condições da região. Como exemplos, podem ser citadas: a irrigação, que tende a salinizar os solos; as granjas de criação de frangos, que consomem altas quantidades de água e energia; a divulgação da algaroba [*Prosopis juliflora* (Sw) DC] (CASTRO, 1985); e as raças “melhoradas” (principalmente dos rebanhos leiteiros), mais exigentes em manejo e alimentação, que exigem a aquisição de complemento alimentar concentrado, produzido pelo setor industrial (MOREIRA; TARGINO, 1997)

Quanto aos agricultores familiares, poucos tiveram acesso aos recursos disponibilizados pelas políticas de desenvolvimento. Restavam-lhes os programas assistenciais de emergência: distribuição de água por carros-pipa e frentes de trabalho. Se esse tipo de auxílio pode amenizar a situação, não resolve o problema, pois não disponibiliza para as famílias agricultoras os meios e recursos essenciais para garantirem uma produção que satisfaça as suas necessidades.

O grande problema é propor um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, ou seja, no caso do semi-árido, que permita às famílias “conviver” com o semi-árido, e não lutar *contra* a seca.

A criação da ASA e o conceito de “convivência”

É precisamente esse tipo de consideração que provocou a criação da Articulação do Semi-Árido. A população estava cansada de uma situação que se prolongava de seca em seca, à qual o governo respondia por medidas de caráter apenas emergencial ou obras de “combate à seca”. Os camponeses e suas organizações (sindicatos, igrejas, associações, ONGs de assessoria e apoio, etc.) contestavam esse modelo, exigindo ações que tivessem um caráter permanente, atacando os problemas nas suas raízes.

Em 1993, quando mais uma seca veio atingir o semi-árido, centenas de trabalhadores rurais de todo o Nordeste

ocuparam a sede da Sudene, exigindo providências eficazes para amenizar a situação da população. A partir daí iniciou-se um processo de discussão envolvendo mais de 300 entidades, que culminou com um seminário – Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro – realizado em maio de 1993 nas dependências da Sudene. Como desdobramento, criou-se o *Fórum Nordeste*, que se propôs a elaborar um programa de ações permanentes, apontando medidas a serem executadas pelo governo para garantir o “desenvolvimento sustentável” do semi-árido (SILVA; FREITAS, 1993, in: DINIZ, 2002, p. 44). Pois, declarava o documento final:

A convivência do homem com a semi-aridez pode ser assegurada. O que está faltando são medidas de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas, gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública – para corrigir as distorções estruturais seculares, responsáveis pela perpetuação da miséria e da pobreza no meio rural (FÓRUM NORDESTE, 1993 p. 5, in: DINIZ, 2002, p. 44)².

Nos Estados, a discussão prosseguiu a partir das preocupações de algumas entidades em dar continuidade ao debate iniciado no Fórum e propor ações coletivas articuladas. Assim, na Paraíba, várias organizações – ONGs e DETR/CUT³ – reuniam-se e uniram-se para organizar o *Seminário sobre o Semi-Árido*. Esse seminário foi o marco de nascimento da Articulação do Semi-Árido na Paraíba – ASA/PB. A partir desse momento, a ASA/PB começou a atuar como sujeito político, contestando as formas de apoio aos agricultores do semi-árido – assistencialismo e clientelismo – e criticando também de forma mais geral uma política agrícola concentradora de recursos e riquezas, promovendo o agronegócio na linha da “revolução verde”, sem consideração pelos danos ambientais. Em contraposição, essa Articulação do Semi-Árido propunha uma outra política a partir de uma visão oposta do que se entende, na lógica dominante, como “progresso” na agricultura.

O mesmo processo ocorria em vários outros Estados do Semi-Árido, pautados, também, no projeto de “convivência com a seca”, com fértil troca de idéias e experiências na organização de vários encontros. Na Paraíba, a primeira grande iniciativa foi, desde 1993, a divulgação da cisterna de placas, cujo modelo foi encontrado na Bahia. Esse processo, que resgatava uma prática camponesa tradicional de estocar água, porém utilizando uma tecnologia mais simples e barata, deu-se em parceria com diversas entidades que tinham participado das primeiras mobilizações. As cisternas foram financiadas pelo sistema dos *Fundos Rotativos Solidários*, que demonstraram e fortaleceram um processo de organização solidária nas comunidades.

Assim, o conceito de “convivência com o semi-árido”, desenvolvido em oposição ao conceito de “luta contra as secas”, acabou mobilizando a sociedade civil e motivou a elaboração de referências tecnológicas e organizativas propostas para um novo modelo de políticas públicas, de longo prazo, estruturantes, que permitissem a convivência com o semi-árido, de tal forma que os socorros pudessem ser definitivamente dispensados. Esse novo modelo seria baseado no respeito à dignidade das populações antes consideradas como dependentes; agora, elas eram chamadas a se mobilizar para assumir de forma organizada e criativa as soluções próprias a enfrentar os desafios do semi-árido. Seu saber tradicional e seus experimentos de manejo da natureza passaram a ser valorizados e aprimorados, no diálogo com o saber científico.

Vale acrescentar que o conceito de “convivência” tem uma estreita relação com o conceito de sustentabilidade, pois a convivência não pode ser provisória. Três vertentes têm que ser consideradas:

- *A sustentabilidade econômica*, proporcionada pela realização de atividades que permitam resultados econômicos suficientes para cobrir as necessidades materiais e culturais de quem as exerce e de sua família, sem que para isso seja necessário que ele sacrifique sua saúde física ou mental, nem que se desfaça de parte de seu patrimônio;

² Em julho do mesmo ano estas propostas foram entregues ao presidente da República pela Contag e federações estaduais de trabalhadores rurais. A partir de então foi criado pelo governo federal o *Programa de Ações Governamentais para o Nordeste*, no qual as *Frentes de Emergência* passaram a se chamar *Frentes Produtivas de Trabalho*, o que indica pelo menos uma mudança de perspectiva, mesmo se as velhas práticas clientelistas resistissem na maioria dos lugares (DUQUE; CIRNE, 2001).

³ CENTRAC (Centro de Ação Cultural); PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades); CEPFS (Centro de Educação Popular e Formação Sindical); PROPAC (Programa de Promoção e Ação Comunitária); Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores.

- *A sustentabilidade ambiental*, isto é, o manejo cuidadoso da natureza, que permita a manutenção das condições de produção em longo prazo (técnicas de produção “duras”, que provoquem a poluição e a desertificação progressiva dos espaços rurais levam, inexoravelmente, a desastres ambientais). Não há convivência numa lógica de destruição progressiva das forças da natureza; e
- *A sustentabilidade social*, isto é, um ambiente de vida social favorável ao fortalecimento dos laços sociais, à qualidade das relações entre gêneros e gerações, à criação de oportunidades para a população ativa, em particular os jovens, de forma que o semi-árido não se transforme em deserto social. A sustentabilidade social supõe a permanência, no semi-árido, de uma população interagindo com o ambiente, cuidando da biodiversidade e mantendo-se com dignidade.

Para que a convivência com o semi-árido seja sustentável do ponto de vista econômico, as tecnologias propostas têm que ser de baixo custo e de replicação fácil pelas famílias agricultoras da região. Para que seja sustentável do ponto de vista ambiental, essas tecnologias devem ser respeitadas do meio ambiente. Finalmente, para que haja convivência socialmente sustentável, essas mesmas tecnologias devem ser frutos de um processo pedagógico e político que aproveite o saber das famílias produtoras e dialogue com elas, permitindo-lhes apropriarem-se do mesmo e difundi-lo de forma autônoma, dispensando aos poucos a presença de mediadores. Portanto, fica claro que os aspectos organizativos e educativos estão intimamente interligados com os aspectos tecnológicos.

Foi em 1999, a partir da experiência acumulada nos diversos Estados, que a Articulação do Semi-Árido no Brasil (ASA-Brasil) começou a ser construída. Naquele ano, havia no Brasil a 3.^a Conferência das Partes da Convenção de Combate à Diversificação e à Seca (COP 3), organizada pela Organização das Nações Unidas (DINIZ, 2007, p. 46 e segs.). Por outro lado, o semi-árido passava novamente por uma grande seca. Diversas organizações da sociedade civil decidiram participar, criando o Fórum Paralelo, que promoveu seminários, conferências, etc. Foi nesse quadro que a ASA-Brasil constituiu-se, congregando cerca de 700 entidades (sindicatos, igrejas, ONGs, associações) que já estavam mobilizadas nos diversos Estados. Foi

divulgada a “Declaração do Semi-Árido” em torno do princípio da “Convivência” nesse espaço geográfico e social. A Declaração focaliza dois pilares: a conservação – uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais –, e a quebra do monopólio de acesso a terra, água e outros meios de produção (DINIZ, op. cit., p. 48).

A partir daí, a ASA-Brasil empenhou-se na elaboração de um programa de construção e divulgação de cisternas que veio a adotar a sigla *PIMC (Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semi-Árido: um Milhão de Cisternas Rurais)*. Esse programa está sendo realizado, após várias etapas de experimentação – formação dos pedreiros, das famílias, gestão – com financiamento do governo federal.

Na continuidade do PIMC, foi criado o *PI+2 (Uma terra e duas águas)*, que considera a “quebra do monopólio de acesso a terra”, conforme a Declaração do Semi-Árido, e encara o desafio de complementar a cisterna “com água para beber e cozinhar” com outras formas de estocar e manejar a água, desta vez para produzir: agricultura e dessedentação animal.

Desenvolvimento sustentável e valorização das estratégias camponesas

Ao longo da história da humanidade, os agricultores e agricultoras desenvolveram estratégias de sobrevivência baseadas no uso sustentável das diversas espécies vegetais e animais: produção, criação, seleção, armazenamento, etc. São essas experiências e estratégias que melhor respondem aos desafios da convivência com o semi-árido: estratégias de estocagem (de sementes, de água, de ração) e de diversificação das atividades (policultura, criação, colheita).

O camponês considera sua terra não como um capital a ser explorado, mas como um patrimônio a ser repassado a seus filhos. Essa visão incentiva um manejo cuidadoso da terra, e as práticas racionais de rotação de culturas e pousio só são abandonadas, como vimos acima, quando as famílias são pressionadas pela redução do tamanho das parcelas. Além do mais, sua atividade produtiva tem como primeiro objetivo o autoconsumo, sendo comercializados apenas os excedentes da produção, o que leva o produtor a práticas de policultura e consórcios. Com efeito, a policultura responde a diversas necessidades de consumo,

como também constitui uma medida de cautela frente às oscilações do mercado. Assim, qualquer distúrbio num dos subsistemas não põe em risco a subsistência da família nem sua renda. Os consórcios permitem um aproveitamento melhor de propriedades geralmente com pouca área. Esse conjunto diversificado, além de ser menos favorável à difusão de pragas, permite um aproveitamento judicioso de todos os recursos: por exemplo, o restolho das culturas serve para alimentação do rebanho, enquanto o esterco serve de adubo para as culturas. Finalmente, por ser a mão de obra constituída principalmente por membros da família, o responsável se preocupa com suas condições de trabalho.

A ASA valoriza essas características da agricultura familiar, e contribui a divulgá-las, tomando em consideração tanto os aspectos educativos e organizativos quanto as tecnologias. Pois, como já observamos, essas condições são profundamente interligadas.

Seguem exemplos das tecnologias e processos divulgados, visando a constituição de reservas e a recomposição dos recursos ambientais, mediante diversificação das atividades e transição agroecológica.

As estratégias visando a constituição de reservas (água, alimentos, sementes)

Entre as tecnologias que visam a captação e o armazenamento da água de chuva, o bem mais precioso do semi-árido, vale citar em primeiro lugar a cisterna de placas de cimento, que recolhe a água caindo no telhado. De construção relativamente simples e barata, ela é construída, em sua maioria, por pedreiros das comunidades com a participação das famílias beneficiadas. A água dessa cisterna é utilizada para beber e cozinhar.

A cisterna de placas é fortemente valorizada pelas famílias, pois poupa o tempo utilizado para apanhar água, tarefa em geral desempenhada pelas mulheres. Durante caminhadas não raro longas, carregando latas na cabeça, elas eram vítimas de constantes dores nas costas. Também melhorou a saúde da população em geral, especialmente das crianças, afetadas por doenças provocadas pela poluição da água dos barreiros.

O P1+2 está promovendo a construção de outras formas de captar e manejar água: diversos tipos de cisternas, “adaptadas para a roça”, de capacidade muito maior, recolhendo a água das enxurradas, ou de grandes

calçadões, permitem aguar pequenas hortas, geralmente à proximidade da casa. Há ainda a barragem subterrânea, que capta a água no subsolo, o que evita as perdas por evaporação e cria espaços verdes em plena seca. O poço amazonas acoplado à barragem serve para dessedentação animal e para consumo de casa.

Há que citar ainda o caldeirão ou tanque de pedra, ou seja, a forma mais tradicional de armazenar água em áreas de serra ou onde existem lajedos que funcionam como áreas de captação da água da chuva. Os lajedos rasos ou constituídos de fendas largas têm sua capacidade aumentada graças a paredes de alvenaria que servem como barreiras na parte mais baixa e/ou ao redor. É mais uma reserva que garante o abastecimento das casas (afazeres domésticos) e o consumo animal.

Em matéria de constituição de reservas, as famílias agricultoras também têm que se preocupar com o armazenamento de forragem para alimentação do rebanho na época da seca. As tecnologias mais divulgadas pela ASA são a fenação, que consiste a secar, enfardar e guardar as plantas forrageiras (encontradas em abundância na caatinga) e a ensilagem, que consiste a conservar forragens verdes em silos totalmente fechados, por exemplo, num buraco cavado no chão e coberto de uma lona. Quando a silagem é bem feita, não há perda do valor nutritivo das plantas.

Finalmente, não se pode deixar de considerar as reservas de sementes crioulas nos bancos ou casas de sementes, familiares ou comunitários. As sementes são guardadas em silos de vários tamanhos, garrafas de vidro ou plástico, etc. Elas já foram objeto de seleção pelas famílias agricultoras ao longo das gerações, sendo adaptadas ao clima e ao gosto dos consumidores. Os bancos de sementes garantem a segurança alimentar das famílias e a preservação das sementes nativas, portanto, da biodiversidade. Também dão a segurança de que haverá sementes disponíveis logo na ocorrência das chuvas.

Diversificação das espécies vegetais e animais e transição agroecológica

Enquanto a atividade das grandes fazendas se limitava à criação bovina, os agricultores familiares desenvolvem uma estratégia de diversificação das espécies animais e vegetais. Hoje, os bovinos dividem espaço com os caprinos e ovinos. Estes dois últimos ganharam cada vez

mais importância à medida que foram surgindo os sistemas de produção familiar. Tal comportamento deve-se em parte a sua adaptabilidade às condições de semi-aridez, pela facilidade de manuseio de sua carcaça quando abatido, além de ser um produto de boa aceitação e fácil comercialização no mercado local (CARON; SABOURIN, 2003).

Também há uma valorização de pequenos animais, como as aves e suínos, que contribuem para a constituição do subsistema “arredor de casa”. Este subsistema se destaca pela produção de proteína de origem vegetal (horticultura, plantas medicinais) e animal para alimentar as famílias e gerar renda com a venda do excedente. Com a diminuição dos espaços para cultivar e criar, este subsistema vem se tornando cada vez mais importante para garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias.

A diversificação, oposta à monocultura, constitui a estratégia mais simples e barata de evitar a proliferação de todo tipo de praga. Além do milho, as espécies consorciadas oferecem vantagens complementares: por exemplo, enquanto uma fixa o nitrogênio no solo, outra fornece sombra. Já evocamos anteriormente o proveito mútuo do consórcio entre espécies animais e vegetais – estas oferecem alimento, enquanto as primeiras produzem adubo.

Finalmente, vale observar que a diversificação corresponde ao funcionamento da natureza, fazendo parte da estratégia visando à transição agroecológica. A agroecologia considera as potencialidades locais e orienta o desenvolvimento dos sistemas a partir dos recursos disponíveis, potencializando um trabalho que a natureza oferece como resultado da dinâmica interativa da biodiversidade e do meio físico. Além disso, considera os conhecimentos gerados pela família como orientadores da condução do sistema e busca potencializar estes conhecimentos.

O que faz a diferença no caso da ASA é que, graças a uma ampla articulação, estas tecnologias e outras são difundidas em todo o semi-árido brasileiro, obedecendo a um processo pedagógico que transforma os(as) produtores(as) em experimentadores(as) e divulgadores(as), despertando sua autonomia e auto-estima, suscitando sua iniciativa, libertando as famílias camponesas da velha dependência do assistencialismo, ou seja, criando as condições da sustentabilidade do processo de criação, experimentação e replicação de tecnologias. Sem esses elementos de tomada em conta do processo pelas próprias populações do semi-árido, inclusive passando de geração para geração,

não há convivência porque o processo permanece frágil, dependendo da presença permanente de mediadores.

Esses processos repousam em primeiro lugar na convicção de que as famílias de produtores rurais são depositárias de um saber que precisa ser resgatado – são capazes de iniciativas que merecem ser suscitadas. Essas iniciativas e experiências interessantes são às vezes isoladas; elas precisam se encontrar e se difundir. Na velha perspectiva da luta contra a seca: “O que era a ausência do Estado enquanto provedor de políticas públicas passou a ser a incapacidade de seu povo de inovar e criar alternativas de conviver com as condições de semi-aridez da região” (ASA, 2007, p. 4). É essa mentalidade que é preciso abandonar.

Os instrumentos pedagógicos para isso consistem em incentivar os processos participativos de troca de experiências e construção coletiva do conhecimento, mediante a promoção de intercâmbios, sistematização de experiências exitosas de convivência com o semi-árido e encontros a todos os níveis.

Nas visitas de intercâmbio, os agricultores e as agricultoras visitam experiências em propriedades da mesma comunidade, ou em municípios ou estados vizinhos. Essas visitas valorizam a troca de saberes, de forma horizontal, suscitando a auto-estima das famílias visitadas e a criação de laços de amizade e solidariedade entre as comunidades. Quem participou de uma visita de intercâmbio volta para casa sabendo o que pretende implantar na sua propriedade. Trata-se de seu próprio planejamento, não de um “pacote” imposto de fora.

As experiências visitadas são sistematizadas no formato de boletins. Estes contam a história de vida das famílias e como seu conhecimento contribuiu para a melhoria da produção e para a qualidade de vida. As sistematizações são importante instrumento pedagógico de construção coletiva do saber e de irradiação de experiências bem sucedidas. As famílias visitadas nos intercâmbios são orgulhosas de distribuir os boletins que contam suas experiências.

Os encontros municipais, microrregionais, estaduais e nacionais (ENCONASA) favorecem uma ampla troca de informações e conhecimentos e despertam a consciência da força constituída pela união entre todos e todas. Temas de interesse nacional são discutidos, como a questão dos transgênicos, da preservação da biodiversidade (em particular das sementes nativas), da poluição pelos agrotóxicos, ou ainda a transposição do São Francisco

e o avanço do agronegócio de grande escala (questão sensível para os agricultores que se ressentem da superfície insuficiente de sua própria terra).

Esses debates, além de fornecer informações, criam a base de uma ação coletiva capaz de suscitar ações exitosas, como idealizar propostas de políticas públicas e conseguir parcerias.

A grande ambição da ASA é precisamente conseguir inscrever nas políticas públicas o novo modelo de desenvolvimento para o semi-árido, modelo que as famílias agricultoras estão experimentando e divulgando. Até outubro de 2007 já tinham sido construídas mais de 220.000 cisternas rurais que garantem ao mesmo número de famílias (ou seja, em torno de um milhão de pessoas) saúde e qualidade de vida, descentralizando a oferta de água que, quando centralizada em açudes e distribuída por carro-pipa, alimentava a dependência. É apenas um primeiro passo. O modelo da “revolução verde” ainda está predominando no campo. Basta comparar os orçamentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – e o do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Considerações finais

O resultado talvez mais importante dessa luta toda é a progressiva autonomia da população camponesa. O protagonismo camponês pode ser observado, pelo menos

Referências

ASA – Articulação do Semi-Árido. *Programa de Formação Social e Mobilização para a Convivência com o Semi-Árido: um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC*. Recife. 2. ed. 2002.

_____. *Programa de Formação Social e Mobilização para a Convivência com o Semi-Árido: Uma Terra e Duas Águas – P1+2*. Recife, 2007.

CARON, P.; SABOURIN, E. *Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no nordeste do Brasil*. Brasília: Embrapa, 2003.

CASTRO, Ramón Peña. A política de reflorestamento no semi-árido paraibano. *Raízes*, UFPB Campus II, Ano IV, n. 4-5, p. 204-211, 1985.

DINIZ, P. C. O. *Ação coletiva e convivência com o semi-árido: a experiência da Articulação do Semi-Árido paraibano*. João

nas regiões onde a ASA desenvolve, há mais tempo, suas ações de forma contínua. As reuniões tornam-se espaços de debates extremamente animados. Cada um quer falar, dar exemplos para justificar sua opinião, discorda sem problema da opinião de uma liderança, mal disfarça sua vontade de apoderar-se do microfone. Sempre aparece alguém propondo uma poesia, criada na hora, para comentar os debates. Nas “feiras de experiências”, os participantes expõem com orgulho inovações criativas ou resultados surpreendentes: um jerimum particularmente grande, uma geléia feita de flores de cacto, a foto de um sistema de “aguação” astucioso, etc. Grupos se organizam para se manifestar, por exemplo, a favor do reconhecimento das sementes nativas. Os produtores têm seus representantes em diversas comissões municipais. Lá onde funciona o sistema de Fundos Rotativos Solidários, a comunidade assume sua gestão e propõe soluções criativas quando um membro tem problemas financeiros que o impedem de dar sua contribuição: uma rifa, um animal emprestado ao devedor (que o criará e devolverá, após a dívida ser paga, vendendo o filhote), etc.

É evidente que os resultados são desiguais. Não se apagam séculos de dominação em alguns anos. Mas são suficientes para demonstrar o potencial de autonomia e criatividade da agricultura familiar, única garantia da capacidade de promover um desenvolvimento sustentável.

Pessoa/Campina Grande. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFPB, 2002.

_____. *Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”*: trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil – experiências no semi-árido. João Pessoa/Campina Grande. Tese (Doutorado em Sociologia) - UFPB-UFCG, 2007.

DUQUE, G.; CIRNE, M. N. R. Pobreza rural no nordeste semi-árido: cidadania ou exclusão social? Questionando os programas emergenciais. In: FERREIRA, A.; BRANDEBURG, A. (Orgs.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora UFPR, 1998.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. *Capítulos de geografia agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.